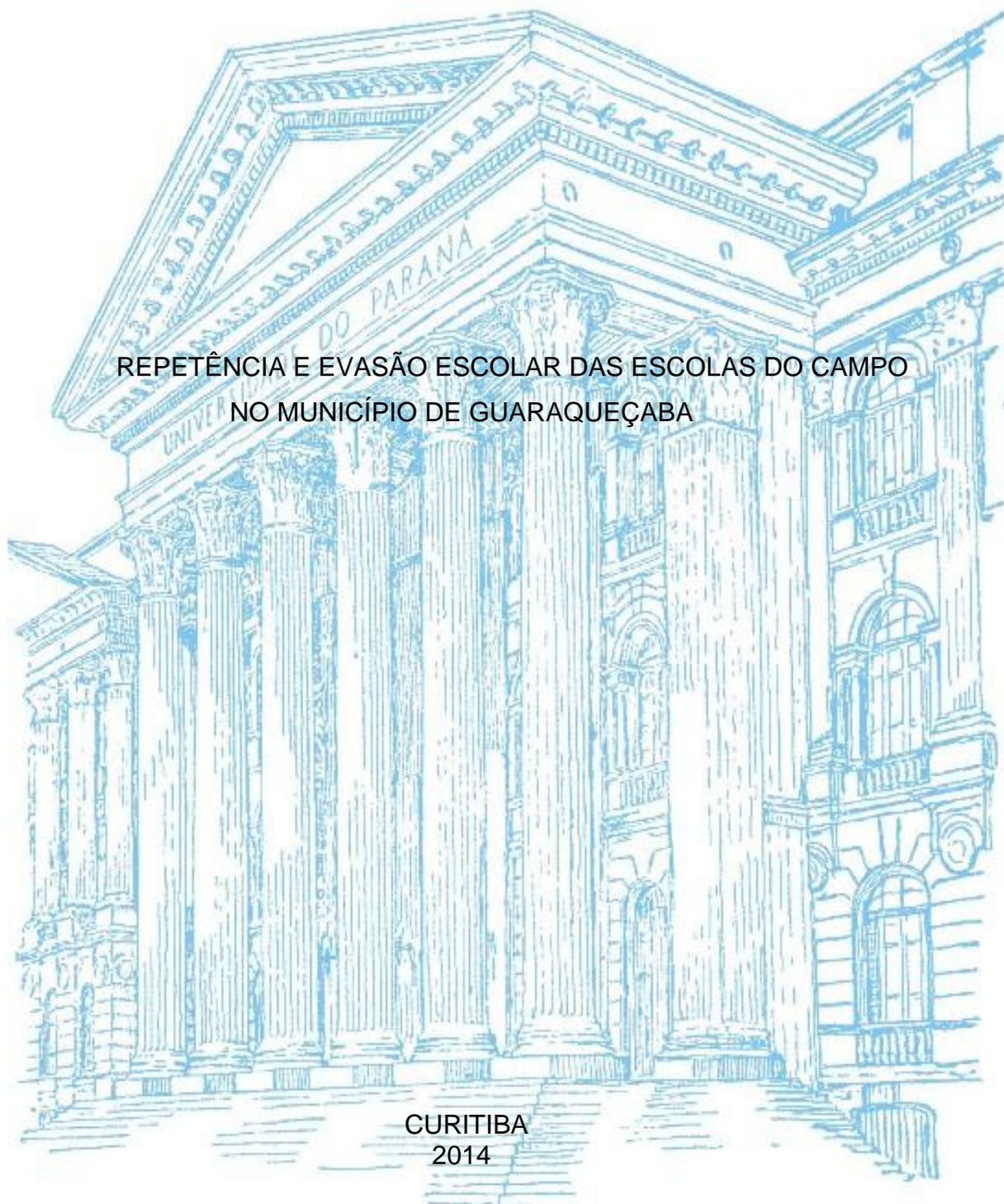


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

VÂNIA REGINA LUIZ

REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR DAS ESCOLAS DO CAMPO
NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

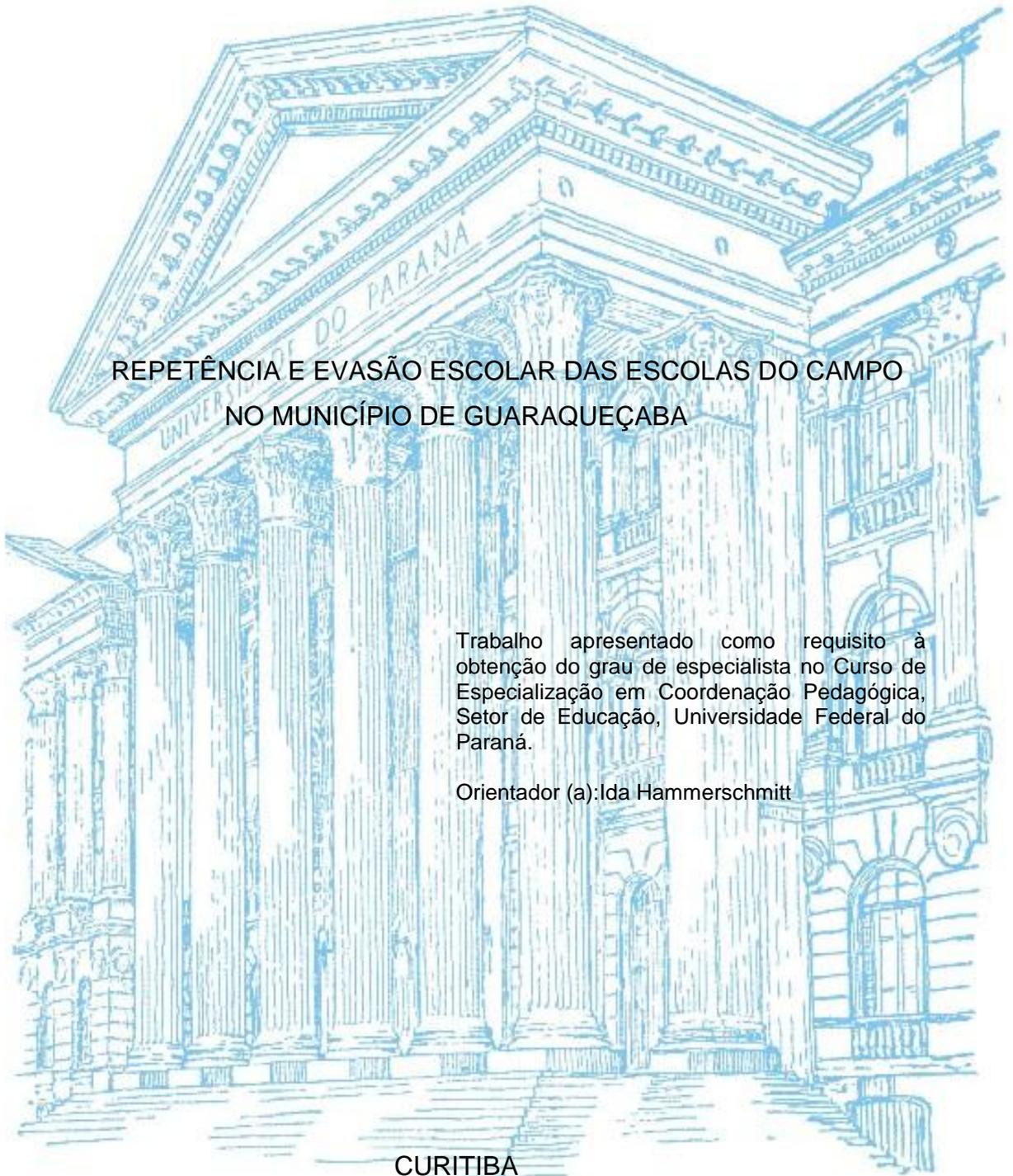
VANIA REGINA LUIZ

REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR DAS ESCOLAS DO CAMPO
NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Ida Hammerschmitt

CURITIBA
2014



REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

VÂNIA REGINA LUIZ*

RESUMO

Busca-se com a presente pesquisa, o levantamento de dados e informações sobre os motivos que levam aos índices elevados de repetência e evasão escolar nas escolas do campo, em Guaraqueçaba, Paraná. Para a realização da mesma, foram pesquisadas publicações de vários autores e estudo dos índices e taxas gerais e locais sobre a reprovação escolar. O estudo releva que o índice de reprovação do município, que inicialmente foi considerado alto na visão da autora, se mostra inferior aos demais analisados. Os resultados demonstram diversos fatores que contribuem para a evasão escolar e sugere medidas de prevenção a serem tomadas pelas escolas e/ou equipes pedagógicas visando a permanência dos alunos na escola.

Palavras chave: Educação no campo, reprovação escolar e evasão escolar.

*Artigo produzido pela aluna Vania Regina Luiz do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Ida Hammerschmitt. E-mail: vaniaregina@seed.pr.gov.br

1- INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa diagnosticar as causas do elevado índice de reprovação e evasão escolar nas escolas do campo no município de Guaraqueçaba, estado do Paraná. A reprovação e evasão escolar tem estado presente na história da educação escolar brasileira, com índices inaceitáveis para o século XXI.

As investigações, já realizadas, comumente (re)caem na culpabilização de uns e de outros, articulados entre o discurso científico e o discurso moral, sem respaldo ou proposições de soluções. Sendo que, as possíveis causas indicam que a evasão escolar no município poderá estar relacionada: ao difícil acesso das comunidades escolares; transporte escolar (ônibus e barcos) prejudicado pela ausência de pavimentação das estradas de acesso e problemas na manutenção; falta de estímulo para a conclusão dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio pela ruptura na organização social (deslocamento para a sede do município), trabalho no campo e gravidez precoce.

O presente artigo traz algumas reflexões, resultado de pesquisa desenvolvida, que privilegiará as pesquisas qualitativas descritiva, desenvolvidas pela metodologia de estudo de caso. Os dados analisados e comparados apontam certas questões de evasão do aluno ao sistema social, educacional e cultural. Este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre as práticas escolares adotadas e suas causas no fracasso escolar, que se apresentam sobre a forma de reprovação ou evasão do aluno da escola. Desta forma, procura-se analisar a evasão e reprovação escolar do Município de Guaraqueçaba.

Parte-se da análise estatística dos índices de evasão escolar no Brasil, do estado do Paraná, particularizando-se no município de Guaraqueçaba, dos dois últimos anos. As estatísticas apontam para números preocupantes o que justifica a pesquisa em torno desse assunto, pois o entendimento das causas e o apontamento de estratégias de combate e intervenção, tornam-se necessárias e urgentes.

A metodologia utilizada foi à teoria dialética do conhecimento com a correspondente metodologia de ensino- aprendizagem, a qual diz que:

[...]o movimento que vai da síntese (a visão caótica do todo) à síntese (uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas) pela mediação da análise (as abstrações e determinações mais simples) constitui uma orientação segura tanto para o processo de transmissão-assimilação de conhecimento, o método de ensino (SAVIANE,1999 p.83)

Nesse sentido, Corazza (GASPARIN,2003,p.6) afirma, que a concepção metodológica dialética adota o mesmo paradigma qual seja: 1º) partir da prática; 2º) teorizar sobre ela e 3º) voltar à prática para transformá-la. Nessa direção, procurou-se fundamentar e realizar entrevista com autoridade política voltada a educação, do município em questão.

Portanto, para entender o problema tornou-se necessário uma pesquisa teórica fundamentada e da realidade escolar dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, relacionado às dificuldades, causas internas e externas do fracasso escolar dos alunos. A entrevista realizada com a Secretaria Municipal de Educação, o levantamento das matrículas realizadas e registros de desempenho escolar com comparação dos dados municipais e estaduais foram relevantes para compreender um pouco essa realidade da educação do campo em Guaraqueçaba/PR..

O artigo foi estruturado a partir de um apanhado conceitual sobre a Educação no Campo levando em consideração não só os conceitos institucionais ou acadêmicos, mas, também os indicadores municipais de repetência e abandono obtidos pelos relatórios do INEP e pesquisa de campo.

Assim, esse artigo apresenta a seguinte estrutura de texto, além dessa introdução: na segunda seção encontra-se a revisão de literatura. A terceira seção análise das informações coletadas. A quarta seção, descreve as considerações finais apresentando e conclusões deste trabalho, e também sugestões para oportunidades futuras de pesquisa com base nos resultados obtidos. Por fim, o artigo se encerra com a seção das referências bibliográficas utilizadas ao longo deste trabalho.

2- EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1. Breve histórico da educação do campo no Brasil

Para compreender a origem deste conceito é necessário salientar que a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos advindos do processo que envolveu a reforma agrária, sendo este um fato extremamente relevante na compreensão da história da Educação do Campo. Dessa demanda também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Coordenação Geral de Educação do Campo. As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas, porém, se complementam. Configura-se Educação na Reforma Agrária às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a Educação como parte essencial para o desenvolvimento do Campo.

A educação do campo no Brasil, por muito tempo, foi apenas uma instituição escolar fixada em área rural, pouco se olhou para as carências do ensino no campo, como a falta de infraestrutura e o currículo, que não levava em conta as necessidades específicas dos jovens e crianças.

Com a aprovação da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização do país, houve um grande debate em torno dos direitos sociais da população do campo, ao mesmo passo em que se inicia a aprovação de políticas de direitos educacionais bastante significativas, consolidando o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, respeitando suas singularidades culturais e regionais.

Em sintonia com essas acepções foram elaboradas e implementadas reformas educacionais que desencadearam alguns documentos fundamentais, dentre eles: a Nova LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

A partir da concepção de uma educação para todos e a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, conquista-se

o reconhecimento da diversidade e singularidade do campo, uma vez que vários instrumentos legais estabelecem orientações para atender esta realidade de modo à “adequar” as suas especificidades, como exemplificam os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. A LDB 9.394/96 em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 11-12)

No mesmo artigo 28, podem-se observar avanços políticos, educacionais e culturais referentes à educação no meio rural, com ênfase na necessidade do Estado cumprir com alguns deveres, dentre eles: educação básica para toda população; conteúdos curriculares e metodologias integradas aos interesses e necessidades dos educandos, assim como, a autonomia dos espaços educativos, que passam a ter a possibilidade de organizar seu calendário de acordo com as atividades e trabalhos desenvolvidos na comunidade do campo.

Esta última orientação que visa flexibilizar o calendário curricular nas escolas do campo, vem sendo realizada por algumas escolas que trabalham com a pedagogia da alternância, o que estabelece um currículo flexível para atender aos objetivos, em tempos e espaços alternados, – Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Oportuniza-se assim que aos jovens do campo condições de acesso à escolarização, acesso aos conhecimentos científicos, reflexões sobre os valores produzidos em família, os comunitários e os saberes da terra.

Nessa lógica, segundo Pinho (apud SANTOS, 2012, p.5) “ao alternar períodos na escola e na vivência de sua comunidade, o jovem constrói conhecimento no diálogo entre o saber cotidiano, fomentado na prática e no trabalho passado de gerações a gerações e o saber escolarizado”. Essa

relação pode possibilitar a apropriação de saberes historicamente defendido e o acesso às técnicas cientificamente comprovadas.

Assim, a pedagogia da alternância pode contribuir com a formação dos jovens da seguinte maneira: desenvolvendo a reflexão crítica, a responsabilidade individual e coletiva e fortalecendo as famílias do campo na tentativa de envolver os sujeitos na busca de um mundo, mais solidário, justo, humano e ético. Esses avanços, retrocessos e reivindicações históricas para a educação do campo presentes na Constituição de 1988, na LDB, em legislações, decretos e pareceres, contribuem para o acúmulo de forças e fortalecimento dos sujeitos envolvidos nesse processo de formação.

2.2 A qualidade do ensino no campo

Apesar da garantia legal e da implantação do ensino do campo, a questão a ser considerada é o baixo rendimento escolar e suposto fraco desempenho escolar na educação básica, que contribui para a persistência de altas taxas de abandono e de evasão. Alguns especialistas defendem o argumento de que o desempenho escolar é o resultado de dois fatores: o capital sociocultural e a qualidade da oferta. Diante da precariedade do capital sociocultural, decorrente do desamparo histórico a que a população do campo vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade se transforma numa das ações prioritárias para o resgate social dessa população.

A educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. A situação da educação básica no espaço rural pode ser analisada a partir da taxa de distorção idade-série, que indica o rumo do nível de desempenho escolar e da capacidade do sistema educacional manter a frequência do aluno em sala de aula.

Se a falta de sincronismo idade-ano é um problema ainda a ser superado nas escolas urbanas, o quadro na zona rural se mostra ainda mais grave. Os anos iniciais do ensino fundamental apresentam uma elevada distorção idade-ano de escolarização, com cerca de 50% dos seus alunos com idade superior a adequada. Esta questão se reflete nas demais anos de

escolarização, refletindo nos anos finais do ensino fundamental, com uma defasagem ainda maior, de 64,3%. No ensino médio a inadequação idade-ano de escolarização atinge 65,1% dos alunos (MEC, 2006).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostram que na faixa etária de 10 a 14 anos 95% das crianças da área rural e 97% da área urbana encontram-se na escola. Apesar de esse indicador confirmar que o atendimento não é um problema grave, o atraso escolar se configura cruel e discriminador, ou seja, os indicadores de acesso nem sempre retratam a dinâmica da permanência na escola e da qualidade do ensino ofertado tanto na área urbana quanto na área rural. Enquanto na área urbana 50% das crianças que frequentam a escola estão com atraso escolar, na área rural esse contingente é ainda maior, ou seja, 72% dos alunos (MEC, 2006)

A qualidade do ensino é afetada diretamente por diversos fatores, entre eles: falta de estrutura física às escolas do campo, principalmente às que atendem anos iniciais do ensino fundamental, apresentam normalmente, baixo número de alunos e contam com apenas uma ou duas salas de aula, fazendo com que, na maioria das vezes, um professor atenda todas as turmas em um mesmo período, gerando uma sobrecarga no profissional, o que, conseqüentemente, pode afetar negativamente os resultados do processo de ensino aprendizagem.

A falta de materiais pedagógicos apropriados e ainda, o despreparo dos professores e a falta de uma equipe pedagógica, atuando diretamente nas unidades educacionais do campo, também são fatores que contribuem para o baixo desempenho dos alunos.

Outro fato a se considerar é a falta de conscientização e participação da comunidade no âmbito escolar, sendo assim, possível perceber que os currículos das escolas urbanas ainda servem de base e orientação para adaptações dos conteúdos nas escolas no meio rural. Silva (apud SANTOS, 2010) considera que a municipalização do ensino fundamental aumentou o ônus para as prefeituras e que, a manutenção das escolas em sua totalidade foi um fator de retrocesso para a população do campo, pois muitos municípios não foram preparados para receber tal demanda política e econômica. Segundo Santos (2010):

No intuito de suprir algumas carências, implementou-se nos municípios, recursos estaduais e federais que foram destinados, em sua grande maioria, para o transporte escolar. Surge então mais um problema: a centralização do ensino nos grandes centros urbanos. Os alunos que residem nas áreas rurais são “transportados” até a cidade. Milhares de escolas do campo são conseqüentemente fechadas (SANTOS, 2010,p.1-2)

Pois, além da estrutura física, humana e financeira necessária ao funcionamento das escolas do campo, os municípios ainda necessitam disponibilizar recursos para o transporte escolar.

Aliado ao grave problema da abrupta redução do número de escolas, um dos grandes desafios enfrentados no âmbito do direito à educação no campo é garantir a oferta e criar condições de permanência das crianças na escola. Entre as principais questões, encontra-se a situação socioeconômica dos pais, o que está relacionado ao acesso à terra e aos recursos naturais, a partir dos quais os camponeses sobrevivem. Ao lado desta dimensão estruturante, há outra também relevante para viabilizar a permanência na escola: a ampliação da oferta de vagas nos anos finais do ensino fundamental, e, especialmente, no ensino médio para os jovens do campo. Portanto, ampliar a oferta da educação escolar em locais e condições acessíveis aos jovens é questão central para enfrentar o desafio de garantir o direito à escolarização para os sujeitos do campo.

2.3 Programas do governo federal para o transporte escolar da Educação do campo

O Ministério da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que visam atender alunos moradores da zona rural.

O Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, mini ônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Com a publicação da Medida Provisória 455/2009 – transformada na Lei no 11.947, de 16 de junho do mesmo ano –, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais.

O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residente em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

Os estados podem autorizar o FNDE a efetuar o repasse do valor correspondente aos alunos da rede estadual diretamente aos respectivos municípios. Para isso, é necessário formalizar a autorização por meio de ofício ao órgão. Caso não o façam, terão de executar diretamente os recursos recebidos, ficando impedidos de fazer transferências futuras aos entes municipais.

Os valores transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são feitos em nove parcelas anuais, de março a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios tem como base o quantitativo de alunos da zona rural transportados e informada no censo escolar do ano anterior.

O valor per capita/ano varia entre R\$ 120,73 e R\$ 172,24, de acordo com a área rural do município, a população moradora do campo e a posição do município na linha de pobreza. (FNDE, <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar>. apresentação, acesso em 2013).

2.4 Evasão escolar e educação do campo

É denominada evasão escolar quando o aluno deixa de frequentar a aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo.

No Brasil, a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional. Segundo Pacievitch, dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), de 100 alunos que ingressam na escola na 1ª série, apenas 5 concluem o ensino fundamental, ou seja, apenas 5 terminam a 8ª série (IBGE, 2007).

Em 2007, 4,8% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries/1º ao 9º ano) abandonaram a escola. Embora o índice pareça pequeno, corresponde a quase um milhão e meio de alunos. No mesmo ano, 13,2% dos alunos que cursavam o Ensino Médio abandonaram a escola, o que corresponde a pouco mais de um milhão de alunos. Muitos desses alunos retornarão à escola, mas em uma incômoda condição de defasagem idade/série, o que pode causar conflitos e possivelmente nova evasão.

Nessa direção, as causas da evasão escolar são variadas. Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos – pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar no Brasil.

Dentre os motivos alegados pelos pais ou responsáveis para a evasão dos alunos, são mais frequentes nos anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries/1º ao 9º ano) os seguintes: Escola distante de casa; falta de transporte escolar, não ter adulto que acompanhe até a escola, falta de interesse e ainda doenças/dificuldades dos alunos (PACIEVITCH, 2013).

Ajudar os pais em casa ou no trabalho, necessidade de trabalhar, falta de interesse e proibição dos pais de ir à escola são motivos mais frequentes alegados pelos pais a partir dos anos finais do ensino fundamental (5ª a 9ª anos) e pelos próprios alunos no Ensino Médio. Cabe lembrar que, segundo a legislação brasileira, o ensino fundamental é obrigatório para as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, sendo responsabilidade das famílias e do Estado garantir a eles uma educação integral.

3. ANÁLISE DE DADOS DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO DO CAMPO

A entrevista realizada com a Secretária de educação do município de Guaraqueçaba, é aqui analisada, bem como os dados fornecidos pela Secretaria de Educação do município citado. Guaraqueçaba está situado no litoral do norte do Paraná, com área total de 2.020,090 km² de extensão. É formado pelo conjunto de comunidades rurais e insulares, num total de trinta e oito comunidades, além da sede do município.

Segundo informações recebidas, durante entrevista com o Secretário Municipal de Educação, de Guaraqueçaba/PR, no ano de 2013, existem no município trinta escolas municipais que ofertam o ensino dos anos iniciais do ensino fundamental. Destas, três escolas situam-se na sede do município, uma oferta ensino regular de primeiro ao quinto ano. Outra educação infantil e a terceira, o Centro Municipal de Educação Básicos de Jovens e Adultos. As demais vinte e sete escolas municipais estão localizadas nas comunidades rurais e insulares do município. Entre as escolas municipais do campo, enquadram-se também as escolas de ilhéus.

Segundo definição Caldart, (apud CUNHA, 2004):

O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, assalariados rurais e outros grupos mais (CALDART, apud CUNHA, 2004, p.153).

Entre as vinte e sete escolas municipais do campo no município, que ofertam anos iniciais do ensino fundamental, apenas uma, localizada na Ilha de Superagui, oferece o ensino seriado, as demais todas operam em sistema de ensino multisseriado (Secretaria Municipal de Educação, 2013)

No município, há um total de sete escolas da rede estadual de ensino que ofertam os anos finais do ensino fundamental e destas, cinco ofertam o ensino médio. Das escolas estaduais o Colégio Marcílio Dias (ensino fundamental e médio) é o único localizado em área urbana, as demais são escolas do campo (Secretaria Estadual de Educação, 2013).

De acordo com a Secretária Municipal de Educação, devido à situação geográfica do município a logística de manutenção das escolas do campo torna-se bastante onerosa ao município, pois existem diversas escolas com número reduzido de alunos, catorze delas funcionam com quinze alunos ou menos. Além da questão do transporte escolar, que atende tanto os alunos na área rural quanto na insular. O atendimento aos alunos se dá com dois ônibus escolares pequenos e dois micro ônibus, sendo a parte marítima do município atendida com dez linhas diferentes de embarcações, para suprir a demanda no atendimento aos alunos.

No relatório realizado através da pesquisa de dados fornecida pela Secretaria de Educação, foram levantadas várias causas do fracasso escolar do aluno:

- Várias desistências do mesmo aluno em anos seguidos;
- Falta de acompanhamento dos pais na vida escolar do aluno;
- Fator sociocultural de que é preciso estudar para ter conhecimento e não somente para o mercado e trabalho e/ou ter acesso à merenda escolar e a obrigatoriedade para participar e programas sociais (bolsa família);
- Dificuldades com transporte escolar: superlotação, precariedade na manutenção dos veículos e embarcações, longa distância da escola;
- Problemas familiares;
- Bares os dados em relação próximos à escola facilitam as faltas às aulas;
- Dificuldades de aprendizagem;

3.1 Análise Das Taxas De Reprovação

Ao comparar-se as taxas de reprovação dos anos iniciais do ensino fundamental, do município (4%) com as taxas da região sul (7%), com as estaduais (5%) e nacionais (8%), percebe-se que apesar do número de

reprovação ocorrido no município em 2011, o mesmo apresenta índices menores que as demais regiões analisadas. Conforme Gráfico:

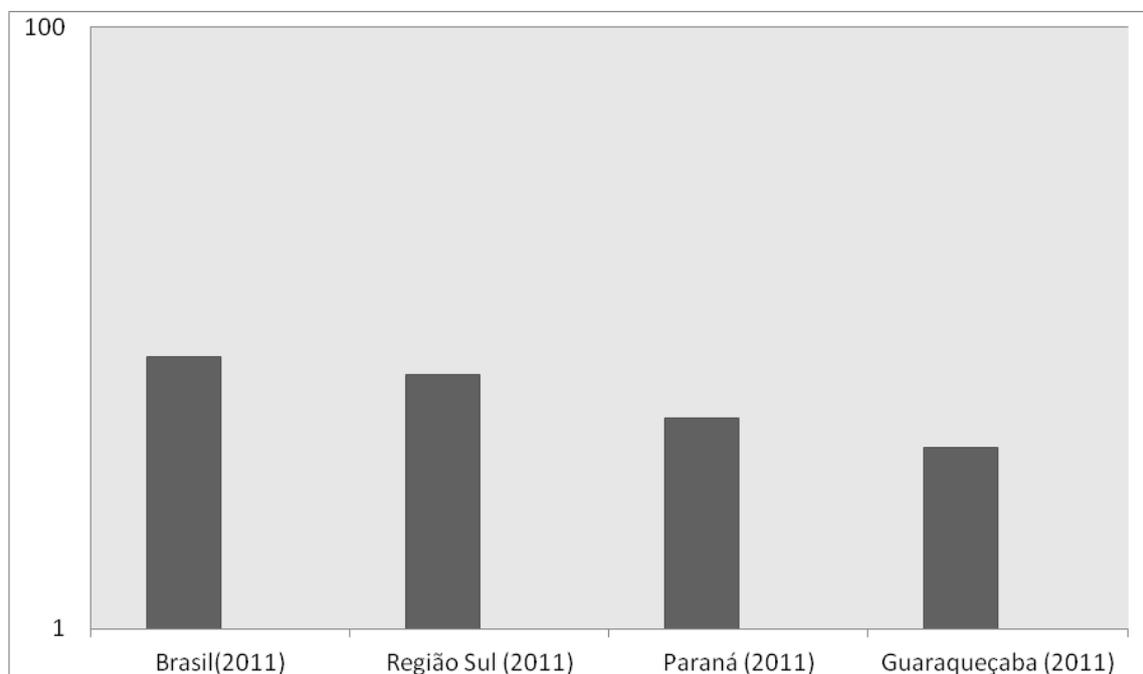


Gráfico 01

Como solução para a problemática fica clara a necessidade de empenho da equipe escolar em acompanhar seus alunos em todo o processo ensino aprendizagem, elaborando uma rotina de acompanhamento ao desempenho dos alunos:

- Registrar e reter periodicamente por meio de uma carteirinha do transporte escolar quem não está frequentando regularmente;
- Realizar intervenções pedagógicas regularmente priorizando a leitura e operações matemáticas;
- Transitar na escola e comunidade escolar cartilhas no início do ano com informações básicas e claras do sistema de avaliação da escola, projetos a serem desenvolvidos; e regimento interno da escola e outras se necessário.

Em entrevista com o Secretário Municipal de Educação do município de Guaraqueçaba/PR este em sua fala diz: “ o baixo rendimento escolar e evasão, não é justificado só pela precariedade de infraestrutura e de difícil acesso, mas

sobretudo verificou-se que até o ano de 2000, a rede tinha apenas um professor licenciado e pós graduado e o município proporcionou plano de carreira e de formação, no entanto os rendimento dos alunos e evasão ainda apresentam índices preocupantes, não tem sido melhores”.

O entrevistado acrescenta: “criada às escolas estaduais das Ilhas, em dualidade administrativa com o município, e concorrendo com os mesmos profissionais, acabou por se verificar um abandono no trabalho dos anos iniciais, pois na quase totalidade os professores exercem uma jornada de 20 horas semanais na rede municipal e 40 horas na rede estadual, comprometendo o rendimento dos alunos e conseqüentemente contribuindo para evasão”.

Ainda nesta direção, podemos observar pelos registros de matrículas, que os alunos que abandonam o ensino regular nos anos iniciais de 1ª ao 9º anos, acabam procurando a modalidade da EJA, pois encontram um novo grupo social e a possibilidade de atendimento mais individualizado.

Nas escolas das Ilhas, o funcionamento é em dualidade administrativa, nem sempre em regime de colaboração, o que não é bom, pois a comunidade não consegue entender porque os professores atendem de maneiras diferentes os alunos dos anos iniciais (1º ao 5º anos), finais(6º ao 9º) do Ensino Fundamental e ensino médio.

Ocorre que os professores do município são concursados, tem estabilidade e complementam sua renda como docentes das séries finais, acumulando mais trabalho como: outros livros de registro, PTD, PPC, participação de reuniões pedagógicas, sacrificando o calendário do município.

Outro aspecto importante a salientar nas escolas do campo é o papel da Equipe Pedagógica com número suficiente por turnos e disponibilidade para visitas a outras escolas é imprescindível bem como a necessidade de equipes multidisciplinares para mediar os conflitos com os familiares dos educandos contribuindo e auxiliando com problemas que afetam a nossa sociedade contemporânea como a drogadição e desestrutura familiar, problema estes que repercutem diretamente na sala de aula e na vida escolar. Entre as ações, indica-se:

→Realizar reuniões com os familiares através da equipe multidisciplinar: realizar dinâmicas de grupo, seminários e palestras orientadas para a realidade da vida no campo;

→Trabalhar com recursos audiovisual com os professores reforçando temas de inclusão e superação;

Em outro momento da entrevista, quando questionado, o Secretário Municipal de Educação, sobre a possibilidade de efetivo acompanhamento, das 30 escolas, sendo 27 no campo, de uma equipe multidisciplinar, dando apoio aos professores docentes de turmas multisseriadas, este responde: “o município tem comprometido os recursos do FUNDEB, integralmente no pagamento da folha salário de funcionários, não possibilitando novo concurso público, e dificuldades de uma equipe multidisciplinar, pois os professores são formados em Pedagogia e atuantes em sala de aula”

. Assim interpreta-se que a proposta do município caminha na contramão, pois é intenção da administração nuclear (reunir várias escolas num mesmo local de atendimento) as escolas, possibilitando seriar as turmas e ainda dar formação para uso dos novos recursos tecnológicos os quais o município vem recebendo do MEC, por adesão ao PAR (Plano de Ações articuladas)

A condução da pesquisa e sugestões de intervenção foi pautada nos passos abaixo elencados, baseados nas especificações da proposta FICA (Ficha de Comunicação de Aluno Ausente), da SEED:

→Professores: realizarem o levantamento do número de alunos evadidos da escola, após 05 (cinco) dias consecutivos ou 07 (sete) alternados no período de um mês;

→Pedagogos: Receberem a notícia (mediante entrega, pelo professor, do formulário próprio), preencher as três vias da FICA (Ficha de Comunicação de Aluno Ausente), comunicando o fato à direção.

→Direção: Juntamente com a equipe pedagógica realizar no decorrer do prazo de 05 (cinco) dias, contatado com o aluno e sua família, buscando viabilizar o retorno daquele à escola. No mesmo período de 05 (cinco) dias, detectadas as causas da evasão, tomar providências de caráter protetivo que se fizerem pertinentes, encaminhando o caso, aos setores competentes: Assistências Sociais, Psicológicas e Pedagógicas, buscar a garantia da permanência do aluno no sistema educacional, com o acionamento das políticas públicas,

serviços e programas de proteção existentes; Obtendo êxito com o retorno do aluno à escola, arquiva-se o FICA em pasta individual do aluno na escola.

→CONSELHO TUTELAR: Não obtendo êxito, encaminha-se a 1ª e 3ª vias da FICA ao Conselho Tutelar, arquivando a 2ª via na escola;

→MINISTÉRIO PÚBLICO: transcorridos 10(dez) dias do encaminhamento da FICA ao Conselho Tutelar, não obtendo resposta, o Ministério Público deverá ser imediatamente comunicado.

Os procedimentos acima relacionados fazem parte do planejamento formal da escola, porém, não acontece de fato, evidenciando--se na forma de currículo oculto.

Na entrevista do gestor municipal da rede municipal de educação de Guaraqueçaba, foi questionado se os professores enviam a ficha do FICA para a Secretaria Municipal de Educação – o secretário explicou que: “por questões geográficas e disponibilidade de veículos e embarcações para visitar as escolas, os procedimentos são tardios muitas vezes, pois os professores que preenchem não enviam, ou quando o fazem já se passaram muitos dias”.

Também explicou o entrevistado que: “a pressão que os professores do campo recebem em não mandar faltas está relacionada à perda do cartão do Programa Bolsa Família”.

Ainda nessa lógica, como o município é o quarto menor índice de IDH, as faltas dos alunos entram no pacote de outros procedimentos que não são visualizados pelas políticas públicas. Deve ser entendido que dentro desta realidade aqui descrita, a educação do campo com suas especificidades ocorrem em pequenos núcleos na área rural e ilhas do município e os professores são, por status, lideranças e até aparentados dos alunos e seus familiares, e por questões sociais não desejam que seus alunos sejam penalizados pelas faltas, sejam elas justificadas ou não.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa interpretação simplista, a partir deste contexto, da realidade desta pesquisa e na qual o trabalho do coordenador pedagógico está inserido, observa-se que o sistema educacional nasceu no Campo e do Campo

acompanhou a criação das cidades brasileiras e nelas foram-se dando prioridades no atendimento e na infraestrutura das escolas urbanas.

O sistema educacional vigente tem apresentado baixos indicadores, sendo o Abandono e Evasão, objeto deste trabalho, que considera a atuação do Estado nem sempre consegue atingir seus objetivos, porque esbarram em questões de difícil solução entre as quais se podem citar os bolsões de pobreza, a carência de meios de subsistência, e aqui no município de Guaraqueçaba, até por força das condições geográficas existentes. Óbvio é que inúmeros fatores concorreram para a reprovação e evasão, desde à conscientização da população acerca da necessidade de uma mudança de atitude, revendo hábitos e conceitos arraigados na cultura regional local até os propósitos eleitoreiros que orbitam os pescadores e agricultores do município.

Considera-se assim que a problemática relacionada com a repetência e evasão nas escolas do campo, é entre as demais, uma das que maiores dificuldades vem gerando para a própria administração municipal, porquanto se estabelece em processo de solução de continuidade.

Ao considerar-se os estudos realizados a luz da entrevista com o gestor municipal, e mais especificamente os resultados das escolas do Campo, observa-se que enquanto houver professores com pouco comprometimento com a escola e com os gestores, estará sendo repetido o mesmo modelo de educação na última década, apenas diferenciadas com o fato de 100% dos professores terem concluído ensino superior.

A lógica de termos todos os professores formados no Ensino Superior não correspondem ao baixo IDEB do município repetidamente. Sendo assim, a mudança de atitude que sugerimos, também deve ser incorporada pelos professores que hoje priorizam com mais responsabilidade sua docência na rede estadual em detrimento a rede municipal.

Considera-se que a educação do campo, faz parte de um todo maior que recebe o nome de sistema educacional. E quando há uma dissonância nas atitudes de uma etapa, não importa a modalidade, todo o sistema sofre e passa a se desestruturar, onde as conseqüências podem ser imprevisíveis e irreversíveis, porém extremamente abrangentes.

Nessa direção, reforça-se a importância de se transcender os âmbitos dos interesses locais ou pessoais, apostando numa nova e diferente forma de

fazer, que obrigatoriamente deverá passar antes por conhecer o contexto onde se evidenciam os problemas relacionados a evasão e exclusão.

A ênfase nas diretrizes curriculares da Educação do Campo, implementadas recentemente, como sugere o próprio documento, a educação do campo continuará alimentando números negativos com relação às escolas urbanas.

Considera-se que para o coordenador pedagógico, o conhecimento das especificidades da educação do campo pode constituir-se num chamamento a todos os que se preocupam com esta parcela da educação do Brasil, para que assumam o desafio cultural de formar cidadãos conscientes, como uma realidade indissociável, que é a integração homem-natureza e a necessidade de desenvolver novas formas de convivência harmônica, o que poderia contribuir para a superação do problema, já que poderia levar os alunos a não se evadirem da escola e permanecendo, criar estímulo para prosseguir com seus estudos.

Os objetivos decorrentes deste documento, foram alcançados, pois além da revisão bibliográfica, que por si, já são de grande valia, as entrevistas despertaram o interesse em melhorar os índices de repetência e evasão, não perdendo de vista, o papel do coordenador pedagógico em mediar essas contradições no âmbito da escola, criando novas estratégias e aproximando a comunidade da escola.

5. REFERENCIAS BIBLIGRÁFICAS

BRASIL, **Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, Lei nº 9.394**, de 20 de docentes dezembro de 1996. Acessado em: set de 2013; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

CUNHA, Mariangela; **Educação Do Campo: Estudo Da Escola Pública Dos Ilhéus De Ilha Rasa**, Litoral Norte Do Paraná – UTP, Acessado em: set de 2013; Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT03-5469--Int.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: Espaço e Território Como Categorias Essenciais**. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Acessado em: set. 2013; Disponível

em:http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_berna_rdo.pdf

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Transporte Escolar; Acessado em: set. de 2013; Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar.apresentacao>.

FREITAS, HELANA CÉLIA DE ABREU; MOLINA, MÔNICA CASTAGNA **Educação do Campo;** Educação – Brasil; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2011. Acessado em: set. de 2013; Disponível em: <http://educampoparaense.org/site/media/em%20aberto%20educacao%20do%20campo%2085.pdf>

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática Para a Pedagogia Histórico Crítica.** 4 ed. Ver. e ampl. Campinas, SP, 2007. pg 6.

TEIXEIRA, Anísio. **Panorama da educação no campo;** Brasília, 2007;

MORENO, Carlos Eduardo; BOF, Alvana Maria; **A Educação No Brasil Rural;** Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 236 p. ; tab.

PACIEVITCH, Thais. **Evasão Escolar;** Info Escola, Acessado em : set de 2013; Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>

PAULINA, Iracy;, **Mais força para a Educação no campo;** Legislação que prevê o respeito às características da população rural ainda não virou realidade; Nova Escola, Acessado em: set. de 2013; Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/mais-forca-educacao-campo-618019.shtml>

SANTOS, Ramofly Bicalho dos, **Histórico Da Educação Do Campo No Brasil,** Eixo temático: Educação do Campo, Trabalho e Movimentos Sociais, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Acessado em: set. 2013 ; Disponível em: <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Bicalho-dos-Santos.pdf>

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, Paraná; Consulta Escolas; Acessado em : set de 2013; Disponível Em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>
 TODOS PELA EDUCAÇÃO, Números do Brasil, Estado do Paraná, Acessado em: set. de 2013, Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/parana/>

UOL EDUCAÇÃO, **Brasil tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países;** Acessada em: set de 2013, Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.Htm,dizPnud15;>